

MEMÓRIAS DE UM PASSADO EM RUÍNAS: ARQUEOLOGIA, MUSEALIZAÇÃO IN SITU E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

MEMORIES OF A PAST IN RUINS: ARCHAEOLOGY, MUSEUM IN SITU AND HERITAGE EDUCATION

Janaina Cardoso de Mello*

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso**

Resumo

A musealização in situ durante as escavações arqueológicas busca infligir o menor dano ao ambiente, conservando o patrimônio cultural em sua localização original, sob a observação e participação da população cujas memórias são vivificadas na socialização de pesquisas e metodologias aplicadas. A musealização in situ permite a comunicação do conhecimento, o uso social do território, sua conservação e um turismo responsável. Para além de uma educação patrimonial “de cima para baixo”, as trocas culturais a partir das impressões, reações, inquietações, dúvidas, apontamentos e interação da população com os trabalhos dos arqueólogos oferecem dinamismo e ressignificação plural à atividade acadêmica.

Palavras-chave

Arqueologia. Musealização. Populações. Patrimônio.

Abstract

The musealisation in situ during the archaeological excavations search inflict the least damage to the environment, conserving cultural heritage in its original location, under the observation and participation of the population whose memories are living in socialization research and applied methodologies. The musealisation in situ enables communication of knowledge, the social use of the territory, its conservation and responsible tourism. In addition to a heritage education “top down”, cultural exchange from impressions, reactions, concerns, questions, notes and interaction of the population with the work of archaeologists offer dynamism and plural reconstruct to the academic activity.

key words

Archaeology. Museum. Populations. Heritage.

* Doutora em Letras – PUC/RJ, professora de Literatura Brasileira do ISAT – Instituto Superior Anísio Teixeira e da SEE – Secretaria Estadual de Educação/RJ.

** Doutora em Educação (UFBA); Professora Adjunta do Núcleo de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: tina_valenca@yahoo.com.br.

Introdução

Abordar memórias, seja no sentido histórico, literário, artístico, antropológico, museológico e mesmo arqueológico geralmente implica falar de um espaço, seja este um espaço físico ou virtual, no plano das subjetividades que são lembradas a partir da percepção de uma identificação visual que parece acionar o imaginário e transportar o indivíduo ou uma coletividade para um tempo passado mas também em profunda conexão com o presente vivido.

Desde 2009 com a proliferação de cursos de bacharelado em Museologia e Arqueologia no Brasil, ambas as áreas têm buscado um trabalho conjunto e interdisciplinar que compreende quatro áreas fundamentais em se tratando de sítios arqueológicos: a pesquisa, o campo, a musealização e a educação patrimonial.

Nessa perspectiva, o trabalho arqueológico com as ruínas urbanas e as propostas de consolidação arquitetônica, musealização in situ e educação patrimonial convergem para aproximação às demandas de cidadãos leigos no assunto, porém habitantes do espaço pesquisado e, portanto, protagonistas das ações de preservação de seu patrimônio identitário.

As ruínas enquanto alegorias do fragmento, do incompleto, do edifício que não existe mais, contém a beleza da durabilidade e da efemeridade do vestígio, com uma fala e um saber incrustado em suas pedras. Frente aos esquecimentos das transformações contemporâneas as ruínas sofrem depredações pela ação do tempo ou de banalizações humanas individuais ou institucionais (demolição ou restauração). Mas como espaços de lembrança e das marcas da ação do tempo em sua materialidade cumpre aos especialistas atuarem em sua conservação, consolidação e divulgação, salvaguardando-as. Nesse sentido,

todo espaço é portador dos traços da história, sendo responsabilidade do museólogo, juntamente com a comunidade do território em questão, assinalá-los, e ainda aos signos e símbolos da identidade e a tudo aquilo que possa tornar-se instrumento de conscientização, de educação, de desenvolvimento, de criação - tomando-se o cuidado de “museificar” o território, em harmonia com sua própria vida: urbana ou rural, social, cultural, econômica (BELLAIGUE, 1993, p.88).

Mas pensar as ruínas enquanto “lugar de memória”, remonta ao conceito

de Pierre Norá, para quem a aceleração do tempo tornou-se um agente de interferência profunda nas memórias, criando “simulacros de realidade” orbitando entre as manipulações do poder (governamental, empresarial, etc.) em cujas mãos apoderam-se do passado para moldar-lhe conforme suas necessidades, promovendo a exclusão daquilo que não lhes interessa ou lhes incomoda.

o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecido como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje, num ponto convulsivo (NORA, 1993, p.8).

Assim, a História ao longo dos séculos XVIII até as primeiras décadas do século XX tornou-se um poderoso instrumento do poder, erigindo para si “lugares de memória” que poderiam ser considerados “lugares dos mortos”, uma vez que cristalizam a dinâmica das transformações e a multiplicidade dos distintos segmentos sociais e seus conflitos para expor a imagem da calmaria que não dialogava com os vivos. A História se tornou então “coisa do passado”, objeto de museu (considerando-o também um “lugar dos mortos”, um lugar da memória transformada nessa História aprisionadora de sentidos).

Todavia ao adentrar ao “maravilhoso novo mundo” do século XXI, a História que já vinha se profissionalizando e buscando novos rumos com a Escola de Frankfurt (1924) na Alemanha, a revista dos Annales (1929) na França, a Micro-História dos italianos e a História Cultural dos franceses na segunda metade do século XX, depara-se com o advento da tecnologia e a constituição de uma memória digital volátil e efêmera. Lidar com esses novos materiais e com as demais Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas torna-se um novo paradigma a ser descortinado, principalmente no que tange às questões relativas ao patrimônio cultural local e da humanidade. Logo, esse artigo objetiva tratar das convergências e divergências que perpassam a interpretação dos estudos interdisciplinares que têm se ocupado da funcionalidade dos sítios arqueológicos na contemporaneidade.

Ressignificando os Museus, a História e a Arqueologia

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, a definição de museus no Brasil ganhou novos contornos e dentre eles o desse espaço de acondicionamento de acervos culturais ser visto em sua subjetividade e ser considerado em contínua transformação, pois:

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose (IBRAM).

De lugar estanque os museus resignificaram seu papel na sociedade, na gestão das referências através da valorização e construção de símbolos (instrumentos de educação, questionamento e luta) fomentadores de identidades plurais. Por isso, a implementação de um museu passou a levar em consideração a consciência de um espaço físico, social e cultural. Mais do que um lugar de visita, os museus se tornam espaços de fruição, de consumo, de vida dinâmica e saem de si mesmos, rompendo paredes para se constituir também ao ar livre como Ecomuseus, Museus à Céu Aberto ou Museus in situ.

Sob esse prisma, agora multicolor, a Arqueologia que há muito constituíra-se como um campo autônomo da História, possuindo sua própria linha teórica e metodológica, partindo dos vestígios físicos para reconstituir a trajetória de uma comunidade encontra na Museologia um caminho para comunicar suas pesquisas ao grande público, não mais como um espólio dos tesouros grupos sociais menos favorecidos economicamente, geograficamente ou bélicamente, mas como um compartilhamento integrado entre a ciência, as instituições e as pessoas, no que se convencionou chamar de Arqueologia Pública. Dentro dessa perspectiva a

Arqueologia Histórica enquanto o “estudo das sociedades com escrita relacionado a construção de suas identidades” (FUNARI, 2003), ganha força no meio acadêmico ao ter seu “...foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias” (ORSER JR., 1992, p.28).

Consolidação Arquitetônica das Memórias Arqueológicas em ruínas

Para Brandi (2004, p.65) a ruína: “[...] será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes”.

Com a manutenção das ruínas e não sua restauração, a sua conservação tais como foram legadas ao presente sob a ação do tempo e a ação depredatória humana sustenta uma ação preservacionista atuante e responsável, ao mostrar o produto desta relação de uso e de interferência, mediante a clareza desta relação.

Ruins may be ruins; however, whether temple or cathedral, modern railway terminal or ancient marble quarry, irrespective of artistic worth, they must be conserved and ‘preserved as found’¹.

As críticas às escolhas estéticas realizadas na restauração arquitetônica, ao uso de materiais inadequados na construção, bem como a ausência de um procedimento de escavação arqueológica com maior durabilidade e rigor têm se multiplicado. A consolidação das ruínas visualiza a possibilidade de transformá-las em um grande laboratório de estudos avançados sobre a sociedade local e suas heranças constitutivas, levando-se em consideração que para além de uma “remodelagem plástica urbana” a essência dos efeitos do colonialismo em seus conflitos étnicos, políticos e sócio-econômicos distintos subsiste em cada pedra de edificações antigas.

¹ “Ruínas podem ser as ruínas, no entanto, se templo ou catedral, terminal ferroviário, moderna ou antiga pedreira de mármore, independentemente do valor artístico, devem ser conservadas e ‘preservadas como encontrado’” (Tradução livre da autora) In: ASHURST, 2007, p.83.

A preservação deste bem material, tal como a intervenção humano/temporal o legou a sociedade do presente, é sobretudo a bandeira de luta fundamental para que não se perca nos emaranhados de cirurgias estéticas arquitetônicas ou de esquecimentos induzidos um determinado momento sócio-histórico. Considerando-se que:

Ruins of all these building types remain throughout the country and are an important part of our national heritage. While they have survived, sometimes for hundreds of years, they will not survive indefinitely without periodic care and attention. Ruins are buildings that no longer have their original defences against the elements, such as roofs, windows and doors, while the loss of floors, parts of walls and other fabric may have altered or weakened their structural integrity².

As intervenções para consolidação das ruínas devem ser precedidas por um diagnóstico exaustivo de anomalias estruturais, utilizando técnicas pouco invasivas para avaliar a integridade das construções (PINHO; BAIÃO; LÚCIO, 2003, p.467).

Medidas de proteção utilizando coberturas temporárias evitam a deterioração acelerada de paredes e madeiras, até que um plano de consolidação elaborado por especialistas seja posto em prática. Os cuidados devem ser tomados para evitar maiores danos sob a ação do vento e da chuva, sem “eternizarem-se” em função da falta de investimentos do poder público ou privado. As universidades e setores organizados da sociedade civil são essenciais ao processo, para que não sejam apenas observadores passivos mas sim protagonistas na preservação do patrimônio urbano.

O escoramento da estrutura pode ser necessário para evitar o desabamento de paredes, telhado ou andares. Um engenheiro estrutural deverá avaliar e propor a retenção temporária de emergência se necessário, mas todas as propostas devem ser reversíveis e discutidas com as autoridades responsáveis pela homologação das atividades de salvaguarda realizadas.

²“Ruínas de todos estes tipos de construção continuam em todo o país e são uma parte importante do nosso património nacional. Apesar de terem sobrevivido, às vezes centenas de anos, elas não vão sobreviver indefinidamente sem cuidado e atenção periodicamente. Ruínas são os edifícios que já não têm as suas defesas contra os elementos originais, como telhados, janelas e portas, enquanto a perda de pisos, paredes e peças de outro tecido pode ter alterado ou enfraquecido a sua integridade estrutural” (Tradução livre da autora) In: GOVERNMENT OF IRELAND, 2010, p.12.

No cuidado e conservação dos ruínas, o arqueólogo será essencial para agregar valor aos vestígios de grupos subordinados, evitando que sejam esquecidos e protegendo-os da visita pública e exploração científica inadequadas, uma vez que a cultura material ali encontrada pode adicionar novas informações ao conhecimento do local, pois:

uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta, de que elas podem ser ‘lidas’ da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo (ORSER JR., 2000, p.36-37).

As escavações para drenagem e as fundações devem possuir um acompanhamento arqueológico para evitar técnicas inapropriadas e para registrar os itens descobertos durante a escavação, a pesquisa e/ou da reintegração do que foi encontrado e removido para análise. Acima das estruturas do solo os métodos do arqueólogo irão registrar o desenvolvimento histórico e as origens de uma construção, recuperar dados, catalogar e higienizar os objetos, validar propostas e criar suportes para a consolidação do sítio arqueológico. Esses estudos podem fornecer informações valiosas sobre o conhecimento dos períodos anteriores, assim como das relações sociais e de produção que se desenvolviam nesse espaço (RENFREW; BAHN, 2004).

Procedimentos para a saúde e segurança dos trabalhadores, pesquisadores e população residente nas proximidades das ruínas devem ser implementados com a instalação de barreiras e avisos de “Estrutura Perigosa” de caráter público e com boa visibilidade. Avaliações devem ser feitas e o local deve ser mantido seguro para todo o pessoal visitar, mesmo em estágios iniciais.

A drenagem pode danificar a superfície maciça e as tonalidades com a cristalização repetida de sais solúveis nos poros da argamassa, pedra e gesso, e até mesmo em tijolos expostos nas proximidades provocados pelos ciclos de molhagem e secagem. Até que a ruína seja estabilizada são necessárias proteções temporárias com folhas de geotêxtil³ e areia para o reforço das edificações (LIND, 2007).

Um cuidado especial deve ser dado a vegetação enraizada nas paredes e telhados que podem corroer e desestabilizar o núcleo de construções em

³ Geotêxtil não-tecido, fabricado 100% com fibras sintéticas, para aplicação em obras de drenagem, filtração, separação e reforço de solos, atua como elemento com excelentes características mecânicas e hidráulicas.

alvenaria. Sua remoção deve ser precedida de uma catalogação da espécie dentro dos parâmetros da legislação ambiental vigente, com atenção para evitar-se mais danos a estrutura.

Um estudo completo deve ser realizado por consultores especializados para explorar a viabilidade das propostas de consolidação de ruínas frente ao desejo de se conservar o máximo do patrimônio local. Todavia, sem abdicar de ao se conservar as ruínas do tempo passado manter um contínuo diálogo das edificações com a contemporaneidade e demandas sociais da população que a cerca através de projetos educativos e usos sociais dos espaços consolidados.

Musealização in situ de Sítios Arqueológicos: Da tradição europeia a ação brasileira

Entende-se por “Musealização” a aquisição, conservação, pesquisa, documentação e comunicação e por “Musealização in situ” um recurso metodológico de comunicação da pesquisa arqueológica procurando evitar a descontextualização dos sítios arqueológicos e propiciando acesso ao público.

A Europa com seus monumentos grandiosos têm adotado esse caminho frente à ruínas de Conimbriga (Portugal), o Convento de Cristo (Tomar – Portugal), Marialva (Portugal), Serpa (Portugal), o templo latino de Évora (Portugal), o Castelo de São Jorge (Lisboa), o Museu Capitolo, a Catedral S. Lorenzo e a cidade subterrânea (Perúgia), o Coliseu, o Palatino em Roma e o Forum romano, por exemplo.



Figura 1: Musealização in situ no interior do Coliseu (Roma)

Fonte: Acervo pessoal Janaina C. Mello, maio de 2011.

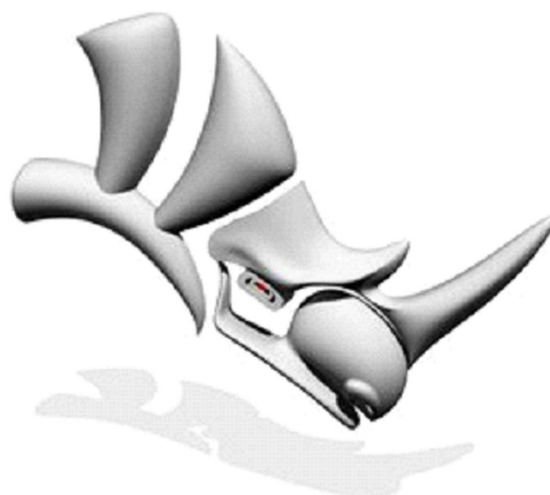
No caso brasileiro, esse recurso metodológico caminhou à passos tímidos, uma vez que pressupunha-se que somente grandes edificações, com séculos de historicidade poderiam ser musealizadas in situ. Todavia, vale ressaltar alguns projetos como as ruínas de Santo Antônio de Sá (Rio de Janeiro), a primeira vila do recôncavo da Guanabara, o Engenho Erasmus (São Paulo), São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul) e recentemente um trabalho iniciado com bolsistas PIBIC-CNPq nas ruínas do Teatro São Pedro, da Casa grande e Capela Sant'Anninha e no Hospital São João de Deus em Laranjeiras (Sergipe), chamando a atenção para o próprio campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que manteve as ruínas do antigo Trapiche oitocentista em seu interior conferindo um uso social às mesmas com a instalação da instituição de ensino superior em suas dependências.



Figura 2: Interior da UFS, Campus Laranjeiras
Fonte: Acervo GEMPS/CNPq, 2010

Ao se trabalhar com a perspectiva da musealização in situ dos vestígios arqueológicos durante as escavações, busca-se infligir o menor dano ao local, conservando o patrimônio cultural em sua localização original, sob a observação e participação protagonista de sua população cujas memórias são vivificadas no contato com a socialização de pesquisas e metodologias aplicadas ao sítio pela arqueologia. A musealização in situ dos sítios arqueológicos permite a comunicação do conhecimento de forma inteligível, o uso social do território, sua conservação, bem como um turismo responsável.

Com o avanço da tecnologia contemporânea, alguns recursos tecnológicos têm auxiliado o processo de musealização in situ através da utilização de programas como o Arc View para elaboração de mapas dos sítios com as coordenadas fornecidas pelo GPS, bem como a digitalização em 3D de fotografias de edificações em ruínas através de um software norte-americano/canadense Photomodeler 3D ou do software Rhinoceros 3D.



Rhinoceros[®]
NURBS modeling for Windows

Figura 3: Logo do software Rhinoceros 3D
Fonte: < <http://www.rhino3d.com> > (16/11/2011)

Os programas em 3D, têm facilitado a reconstituição e reprodução tanto de objetos encontrados nas escavações como de edificações, alcançando as gerações mais jovens aficionadas por tecnologia e por isso promovendo uma interação ativa entre o usuário do bem cultural e seu patrimônio. As impressoras em 3D, utilizando-se da prototipagem rápida contribuem para que modelos dos acervos possam ser manuseados sem perigo para as peças originais. Dessa forma, uma nova perspectiva, a da memória digital marca presença na salvaguarda dos vestígios arqueológicos.

Um novo olhar sobre as ruínas da cidade via Educação Patrimonial

As ruínas apresentam-se como um conjunto de testemunhos arquitetônicos de grande valor histórico e patrimonial que revelam as manifestações materiais

da expansão econômica e cultural de vários períodos. Nesta acepção, convêm pensar na possibilidade de provocar o olhar e despertar a sociedade para o valor cultural desses bens patrimoniais. Torna-se necessário problematizar a forma com a qual a sociedade se apropria da cultura material e, ao mesmo tempo, sugerir perspectivas para uma possível proposta pedagógica de educação patrimonial.

A função social da educação tem como meta a disseminação do conhecimento independente do modo, via condições e mesmo de distinção, principalmente por se tratar de ruínas que representam diferentes relações de produção, diferentes momentos históricos. As ruínas são indícios/representações da passagem do homem e da configuração de certos hábitos sociais, mas também se constituem em aportes materiais únicos que deixam de representar para “ser”. As ruínas são objetos únicos em si que discursam, que emitem intencionalidades, que falam de si e do seu entorno. Como refletiu Anna Pontes (2009, p.3901):

Entre a memória e a preservação de espaços que se fazem de algum modo representativos para as sociedades a que pertencem, o patrimônio em ruínas é, por si só, contraditório, já que reúne num único bem destruição e preservação. Ao olhar o fragmento, percebe-se o encanto dos restos que, mesmo em tal estado, contam com algo a dizer e a representar. Aquilo que foram e aquilo que são no presente desperta toda uma poética que exaltam os sentidos. E, neste meio, o próprio conceito de ruínas é algo complexo e digno de análise.

Para a sugestão pedagógica de educação patrimonial aqui proposta leve-se em consideração a necessidade de compreender que a ruína é o objeto a ser discutido, a ser estudado, a ser ensaiado, a ser descortinado e não apenas o elemento que ela foi – um antigo teatro ou um antigo hospital – com as funções próprias de um período e características de um estilo. A ruína não serviria de trampolim para compreender apenas o passado, mas ela deve ser vista e admirada dentro do seu valor histórico e, conseqüentemente, patrimonial atual.

O desafio é desenvolver o olhar para compreender a importância das ruínas, o desafio é promover a educação estética para apreciar a ação do tempo sobre os monumentos, sobre essa região. A ruína é prova da história, ela comprova a riqueza histórica dessa região, no entanto não precisa ser sempre tomada como fonte histórica. Neste sentido, a sugestão pedagógica aqui inscrita tenciona

demonstrar as potencialidades da cultura material como instrumento educativo/informativo na promoção e na conscientização do valor patrimonial e histórico das ruínas. Implica dizer que para alcançar esse objetivo faz-se necessário pensar uma ação educativa que promova a construção e democratização dos saberes, investigação sobre as relações de identidade que a comunidade local mantém em relação às ruínas, e sobre as relações de proximidade dos visitantes com o seu próprio passado.

As ruínas como lugar de memória corroboram para aguçar sensibilidades, afetividade, pertencimento. Os lugares de memória são os “bastiões sobre os quais se escora toda a escolha do lembrar” (NORA,1993,p.13). Isto porque as ruínas enquanto significado, sensibiliza e enquanto signo registra, marca, delimita, sugere reforçando, assim, as relações de identidade. Por isso as ruínas de são um “construto coletivo de memórias coletivas” (CHRISTOFOLETTI; MELLO, 2010, p.120).

O ano de 2004 foi um marco para a consolidação do uso das ruínas em projetos de educação patrimonial, de educação formal e não-formal. Mas desde 1996 as ruínas começaram a se destacar enquanto objetos de estudo e de transposição didática:

Os trabalhos realizados junto às Ruínas buscaram, a partir de então, aprimorar o caráter e a vocação educacional do espaço em questão, realizando diversos projetos que visassem aproximar a história, a cultura e a memória do lugar, concorrendo para que a comunidade pudesse, a partir de então, sentir-se responsável pela preservação desse monumento nacional. (CHRISTOFOLETTI; MELLO, 2010, p.125).

A sugestão pedagógica propõe que os fragmentos sejam os símbolos daquilo que ainda resiste, que estes fragmentos possam sensibilizar as percepções de modo que o visitante sinta a necessidade de políticas públicas para preservação cultural, se encante com a monumentalidade e ao mesmo tempo reflita sobre o descaso social. A visita às ruínas é um meio educativo eficaz porque as ruínas proporcionam admiração e inquietação, e são estas últimas que irão provocar aprendizagens e reflexões.

Além da visita, os projetos de ação educativa direcionados às ruínas envolvendo principalmente a comunidade devem corroborar para garantir a

aproximação mais significativa com o bem cultural e, conseqüentemente, com as memórias coletivas. O trabalho com os educadores também deve se constituir em um importante veículo difusor da história e da memória viabilizando as descobertas sobre o valor do patrimônio local. Este sim, passa a ser uma alternativa incondicional para a promoção da educação patrimonial visto que o professor, enquanto mediador cultural, possui socialmente garantida a legitimidade do discurso proferido. Assim, seu poder de convencimento, de disseminação e de sensibilização é mais efetivo. Eles ajudam a qualificar o discurso de apropriação dos bens patrimoniais.

Apesar das dificuldades de se implementar e manter programas de educação patrimonial, os projetos que priorizam a educação, a conscientização e a valorização do patrimônio são imprescindíveis para a aplicação de processos ativos de apropriação do conhecimento e do sentimento de pertença da cultura local.

Considerações Finais

O olhar sobre a cultura material que remonte a historicidade das populações pressupõe no século XXI um casamento poligâmico entre arqueologia, história, antropologia e museologia para que através do exercício prático da interdisciplinaridade as ciências humanas e sociais possam realizar o percurso “das pedras às pessoas”.

Para além da idéia de uma educação patrimonial “de cima para baixo”, as trocas culturais a partir das impressões, reações, inquietações, dúvidas, apontamentos e interação da população com os trabalhos desenvolvidos pelos arqueólogos oferecem dinamismo e ressignificação plural á atividade acadêmica. Patrimônio cultural de todos, o sítio arqueológico musealizado subverte a idéia da cristalização do conhecimento no interior de um grupo específico expondo á céu aberto um saber construído na coletividade.

Referências

ASHURST, John (ed.) *Conservation of ruins*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. Tradução de Tereza Scheiner. In: *Museologia e Patrimônio*, v.2, n.2, p.87-90, jul./dez. 2009.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, Andre M. De. Os projetos educativos das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: discussões preliminares sobre o patrimônio. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 116-139, maio/out. 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. *Os Avanços da Arqueologia histórica no Brasil, um Balanço*. (2003) Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml> Acesso em 20 jan. 2011.

GOVERNMENT OF IRELAND. *Ruins*. The Conservation and repair of Masonry Ruins. Dublin: The Stationery Office, 2010.

LIND, Tuija. How to treat ruins? In: NFB CONFERENCE. 2007. Greenwich: *Annals...* Greenwich: BLF, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História - PUC*, São Paulo, n. 10, p. 7- 28, dez. 1993.

ORSER Jr., C.E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PINHO, Fernando F.S; BAIÃO, Manuel F.C.; LÚCIO, Válter J.G. Técnicas de consolidação de paredes de edifícios antigos. In: ENCORE, 3., 2003. Lisboa: *Actas...* Lisboa: LNEC, 2003. p.465-473.

PONTES, Anna Maria de L. A vivência do morto: a preservação de monumentos histórico-culturais em ruínas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009. Maringá: *Anais...* Maringá: UEM, 2009. p.3901-3907.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology*. London: Thames and Hudson, 2004.